



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CONVÊNIO N.º 287/ 2021 – SESP / DEPEN

Convênio que entre si celebram o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA** – SESP, com interveniência do **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO** – DEPEN, através do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE FRANCISCO BELTRÃO** – ES / DEPEN, e, de outro lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**, visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

PROTOCOLO Nº 18.403.683-5

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA** - SESP, situada na Rua Deputado Mário de Barros, nº 1.290, Centro Cívico, Curitiba – PR, CEP 80.530-280, neste ato representada por seu Secretário Senhor **ROMULO MARINHO SOARES**, RG: 9.770.164-4, com interveniência do **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO** - DEPEN, situado na Rodovia BR 116, 3.312 Bacacheri, Curitiba – PR, CEP 82.590-100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado por seu Diretor, Senhor **FRANCISCO CARICATI**, RG 9.607.613-4/PR, através do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE FRANCISCO BELTRÃO** – ES / DEPEN, aqui representado por seu Coordenador, Senhor **FRANCISCO MARCELO CORREA**, e, de outro lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 77.816.510/0001-66, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000 – Centro – CPE 85.601-030 - Francisco Beltrão - Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **CLEBER FONTANA**, doravante denominados, respectivamente, apenas **SESP/DEPEN** e **CONVENIADA**, com fulcro no artigo 116 da Lei n.º 8.666/93, no art. 87, XVIII da Constituição Estadual e nos artigos 133 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Em cumprimento do princípio constitucional de respeito à dignidade do ser humano e atendimento das finalidades educativa e produtiva do trabalho do condenado, nos termos do art. 28 da Lei de Execução Penal (LEP), Lei n.º 7.210/84, a ação conjunta entre os partícipes têm por objetivos prioritários e específicos:

- I – promover a reinserção social dos apenados através de atividades laborais e educacionais;
- II – permitir a redução da pena, por meio de atividades laborativas;
- III – promover a ressocialização dos apenados, conferindo-lhe participação ativa na sociedade, qualificando-o e transformando sua realidade interior e exterior;



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

IV – incrementar as atividades laborais dos condenados, permitindo-lhes o encontro de suas reais vocações, em cumprimento à Lei n.º 7.210/84 e aos princípios jurídicos implícitos e explícitos nela contemplados;

V – contribuir, por via indireta, com o desenvolvimento nacional, nos termos do art. 3º, II da CR, pela oferta de mão de obra, pela oportunidade de qualificação desta e pela participação ao setor produtivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná que estejam **cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado**, como forma de readaptação ao meio social, em conformidade com o disposto no artigo 28 e seguinte da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, nas execuções dos serviços gerais em praças e parques municipais, limpeza de vias municipais, bocas de lobo, roçada, corte de grama e manutenção e conservação de prédios públicos do Município de Francisco Beltrão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto os partícipes comprometem-se conjuntamente a envidar esforços e adotar, direta ou indiretamente, as ações para a realização do objeto constante na Cláusula Primeira e as atribuições definidas no Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio.

Parágrafo primeiro: Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP / Departamento Penitenciário – DEPEN:

1. Colocar à disposição da CONVENIADA, por intermédio do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE FRANCISCO BELTRÃO – ES / DEPEN**, entre 10 (dez) e até 80 (oitenta) presos, para desenvolver as atividades estipuladas no objeto do Convênio;
2. Comunicar, através do Escritório Social – ES / DEPEN, o implante dos presos monitorados no canteiro de trabalho externo e o local de prestação de serviços dos monitorados ao Juízo da Execução, com a respectiva juntada dessa informação nos autos de execução de pena, bem como a inclusão de tal informação no relatório SPR;
3. Informar ao Juízo de Execução, através do Escritório Social – ES / DEPEN, eventual alteração de canteiro de trabalho ou empresa ou mesmo desligamento dos monitorados do programa;
4. A Central de Monitoração Eletrônica deverá ser diretamente informada pelo Escritório Social – ES / DEPEN acerca do trajeto realizado pelo monitorado, bem como a área de inclusão da empresa e/ou canteiro de trabalho.
5. Realizar, por meio do Escritório Social – ES / DEPEN, antes da implantação de canteiro de trabalho, prévio estudo acerca da viabilidade e dos benefícios advindos com a implantação do canteiro de trabalho;



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6. Emitir, por meio do **DEPEN**, boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **CONVENIADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho;

7. Determinar, a qualquer tempo, por intermédio da Direção do Departamento Penitenciário – DEPEN, a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, com o consequente desimplante dos presos, caso a **CONVENIADA** não forneça a frequência mensal de comparecimento ou produção e/ou não efetue os pagamentos devidos a **SESP/DEPEN**, nos prazos estabelecidos neste Convênio;

8. Designar gestor encarregado do acompanhamento do Convênio, o qual deverá gerar relatórios detalhados a **SESP/DEPEN**, sempre que necessário, informando acerca de ocorrências e demais fatos, visando implementar os ajustes necessários ao bom andamento dos objetivos deste instrumento.

Parágrafo segundo: Compete à Conveniada:

1. Garantir a fiel execução do objeto deste Convênio;
2. Utilizar efetivamente o quantitativo de mão de obra mencionado no inciso I do parágrafo anterior, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o Convênio;
3. Cumprir pontualmente com os pagamentos referentes à prestação do trabalho pelos presos;
4. Garantir que os presos tenham condições dignas de trabalho, respeitando os limites mínimos de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas de jornada, conforme dispõe o art. 33 da Lei n.º 7.210/84;
5. Adotar medidas que propicie a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme estabelece o artigo 7º, inciso XXII, da CF/88;
6. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual necessário à prestação laboral, nos termos definidos pelo órgão encarregado da supervisão e conforme disposto no art. 28, §1º da Lei n.º 7.210/84;
7. Garantir ao preso intervalo de descanso e higiene mental durante a jornada de trabalho;
8. Prestar as orientações técnicas necessárias à realização do objeto descrito na cláusula primeira do Convênio, realizando o treinamento necessário à operacionalização das tarefas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e demais acessórios necessários à efetivação dos serviços, bem como programando e distribuindo os serviços a serem executados;
9. Prestar total e imediata assistência ao preso, em caso de acidente do trabalho, comunicando imediatamente o evento ao Escritório Social – ES / DEPEN;
10. Supervisionar o trabalho no que tange à adequação técnica, qualidade e idoneidade.
11. Remunerar os presos, em ao menos, um salário-mínimo nacional vigente;



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

13. Emitir a frequência mensal de cada preso, contendo o quantitativo (em dias corridos) de comparecimento, devendo a mesma estar disponibilizada para a Divisão de Ocupação e Qualificação – DIOQ do Escritório Social – ES / DEPEN até o último dia útil de cada mês, visando à elaboração da respectiva folha de pagamento;

14. Solicitar ao Escritório Social – ES / DEPEN a substituição dos presos que não corresponderem com a produção desejada, tanto na quantidade como na qualidade previamente estabelecida, devendo fundamentar e justificar o seu pedido;

15. Repassar, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a 110% do salário mínimo nacional por preso implantado, a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta Corrente 8369-0.

16. Indicar gestor próprio o qual estará encarregado de acompanhar a produção acerca do desenvolvimento dos trabalhos, das adequações e ajustes necessários ao regular desempenho das atividades, além de ser responsável pelo diálogo entre os participes.

17. Comunicar, de imediato e por escrito, à Direção Escritório Social – ES / DEPEN, quaisquer anormalidades no procedimento do preso, tais como ausência injustificada ao local onde presta serviço, atrasos, inadequação ao trabalho, ineficiência e solicitação de dispensa ou saída antecipada.

18. Fornecer vale-transporte para os presos de ida e volta (residência/empresa/residência).

19. Fornecer alimentação para os presos no horário de trabalho.

20. Zelar pela segurança e disciplina nos canteiros de trabalho durante o período da jornada diária;

21. Comunicar de imediato à Direção do Escritório Social – ES / DEPEN em caso de paralisação dos serviços;

22. Comunicar previamente à Direção do Escritório Social – ES / DEPEN qualquer alteração no local e horário de prestação de serviço.

Parágrafo terceiro: Compete aos presos prestadores de serviço:

1. Cumprir jornada de trabalho estabelecida;
2. Ser assíduo e pontual;
3. Apresentar-se ao trabalho em condições adequadas no que se refere à higiene pessoal e à vestimenta;
4. Zelar pela economia e aproveitamento do material e dos equipamentos sob seus cuidados;
5. Tratar a todos com cordialidade e respeito;



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6. Cumprir as orientações de segurança e medicina de trabalho, especialmente quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Convênio não envolve transferência de recursos financeiros e/ou orçamentários entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único. Caberá a SESP a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, do presente Convênio, uma vez assinado, respeitado o prazo constante no art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/077.

CLÁUSULA QUINTA – CARGA HORÁRIA

1. Em conformidade com o art. 33, da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, a jornada diária de trabalho não será inferior a 06 (seis) horas, nem superior a 08 (oito) horas.
2. A carga horária não ultrapassará 44 (quarenta e quatro) horas semanais. (**Art. 7º – inciso XIII da CF/88** “Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”);

CLÁUSULA SEXTA – METAS DO CONVÊNIO

1. Construir um ambiente favorável a boa convivência dos recuperandos, despertando nos mesmos a autoestima e a corresponsabilidade do tratamento entre os demais recuperandos e com a sociedade;
2. Motivar pelo aprendizado de novos ofícios, condições favoráveis a sua sustentabilidade para seu retorno a sociedade, alcançando plena reinserção no mercado de trabalho;
3. Propiciar aos recuperandos ambiente harmônico que estimule a solidariedade ajudando os seus companheiros no cumprimento de tarefas diárias e das suas penas;
4. Oportunizar a convivência familiar, estreitando os vínculos familiares, resgatando a união em família;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

Os partícipes designarão gestores para organizar, acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestações da satisfatória realização do objeto do Convênio.



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

§1º. Pela **SESP/DEPEN** fica indicado como gestor o Senhor **FRANCISCO MARCELO CORREA**, Coordenador do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE FRANCISCO BELTRÃO – ES / DEPEN**, e o senhor **BOANERGES SILVESTRE BOENO FILHO**, Chefe do **SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO** como fiscal do presente Convênio.

§2º. Dentre as obrigações a serem cumpridas por Gestor e Fiscal do convênio, devem ser diligenciadas informações quanto ao recolhimento dos valores destinados aos presos, bem como ao Fundo Penitenciário do Paraná, devendo ser certificada tal informação mensalmente e registrada em autos próprios.

§3. O Gestor e Fiscal do convênio, em sendo celebrado, deverão verificar as obrigações conveniadas, especialmente aquelas que se referem ao recolhimento dos valores pagos aos presos e ao recolhimento dos encargos administrativos ao Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, devendo tal adimplemento ser condicionante às subsequentes prorrogações do acordo e à celebração de novos convênios com a empresa já conveniada.

CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO

Pelas atividades, os presos serão remunerados, ao menos, no equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional, desde que cumprida à carga horária integral prevista neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

A **CONVENIADA** repassará, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a 110% do salário mínimo nacional por preso implantado, a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta Corrente 8369-0, que será composto da seguinte forma: 100% (cem por cento) do salário mínimo nacional, destinados ao preso e 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, a título de encargos administrativos, revertidos para programas de trabalho dos presos.

§1º A **SESP/DEPEN** emitirá boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **CONVENIADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado.

§2º À **CONVENIADA** caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo **DEPEN/FUPEN** em um prazo superior a 7 (sete) dias após o vencimento, poderá motivar a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente.

§3º. Ocorrendo o inadimplemento das obrigações relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, a empresa deverá ser notificada pelo Gestor e Fiscal para realização dos pagamentos devidos no prazo de 30 (trinta) dias.



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

§4º. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, Gestor e Fiscal deverão, obrigatoriamente, em até 7 (sete) dias, promover a inscrição da empresa em dívida ativa do Estado.

§5º. No caso de inadimplemento dos valores devidos aos presos, Gestor e Fiscal do convênio deverão remeter, em até 7 (sete) dias após o prazo previsto em convênio para pagamento de tais quantias, expediente à Defensoria Pública para adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DISTRATO E DA RESCISÃO

É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Convênio, a qualquer tempo, por mútuo consentimento.

Parágrafo único: nas hipóteses de descumprimento deste Convênio ou da legislação que lhe é aplicável, é cabível a resilição unilateral por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando a cada partícipe, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA

Poderão os partícipes denunciar, a qualquer tempo, por escrito, o Convênio, restando a cada partícipe a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a denúncia.

Parágrafo único. A denúncia deverá ser notificada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, vedadas alterações que modifiquem substancialmente o seu objeto ou que contrariem as disposições da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica designado o Foro de Curitiba – PR, para dirimir quaisquer dúvidas que se originarem do presente Convênio.

E, por estarem de acordo, firmam as partes, por seus representantes, o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.



**DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Curitiba – PR, _____ de _____ de _____.

ROMULO MARINHO SOARES

Secretário de Estado da Segurança Pública

FRANCISCO CARICATI

Diretor do Departamento Penitenciário

CLEBER FONTANA

Prefeito do Município de Francisco Beltrão

FRANCISCO MARCELO CORREA

Coordenador do Escritório Social de Francisco Beltrão

TESTEMUNHAS:

1. Nome: **Boanerges Silvestre Boeno Filho**
CPF.: 708.556.417-20

2. Nome: **Laercio Gaveliki**
CPF.: 045.690.879-06



ePROTOCOLO

PROTOCOLO
Fls. 46a
Mov. 18
INTEGRADO DO P

Documento: **CONVENIO287PREF.BELTRAO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cleber Fontana** em 06/01/2022 16:41, **Luiz Francisco da Silveira** em 06/01/2022 17:09, **Boanerges Silves Boeno Filho** em 06/01/2022 20:56.

Assinatura Avançada realizada por: **Francisco Marcelo Correa** em 06/01/2022 18:24, **Laercio Gaveliki** em 06/01/2022 20:40, **Romulo Marin Soares** em 13/01/2022 17:34.

Inserido ao protocolo **18.403.683-5** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 06/01/2022 16:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
fafee48bd5498e62d42a1f77923ed676.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEI
EXTRATOS DE PUBLICAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

Protocolo n.º 18.390.862-6

Vigência: 60 meses a partir de sua assinatura.
Valor total: R\$ 146.880,00 (Cento e quarenta e oitenta reais).Termo de Convênio nº 007/2022 para realizar Profissional de Guardas Municipais (CFPGI).
Assinado em 11/01/2022.

CLÍNICA DE SAÚDE CIDADE INDUSTRIA CFJ.

Protocolo n.º 17.721.548-1.

Vigência: 13/01/2022 a 12/01/2023.

Valor total: R\$ 2.580.409,20 (Dois milhões, quinhentos e oitenta mil, quatrocentos e nove reais e vinte centavos).

Contrato tem por objeto a contratação de serviços de enfermagem, para prestação de serviços assistenciais de enfermaria e unidade de terapia intensiva do Hospital da Polícia Militar do Paraná, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 921/2021.

Assinado em 13/01/2022.

IDEC SAUDE LTDA.

Protocolo n.º 17.721.548-1.

Vigência: 13/01/2022 a 12/01/2023.

Valor total: R\$ 2.366.150,40 (Dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta reais e quarenta centavos).

Contrato tem por objeto a contratação de serviços de enfermagem, para prestação de serviços assistenciais de enfermaria e unidade de terapia intensiva do Hospital da Polícia Militar do Paraná, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 921/2021.

Assinado em 13/01/2022.

HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.

Protocolo n.º 17.585.549-1.

Vigência: 15/10/2021 a 14/10/2022.

Valor total: R\$ 5.117.500,00 (cinco milhões cento e dezessete mil e quinhentos reais).

Contrato tem por objeto a aquisição de veículos para atender a demanda do DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL - DPC, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 40/2020.

Assinado em 15/10/2021.

LIDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Protocolo n.º 18.470.267-3.

Termo Aditivo nº 04/2022 do Contrato nº 785/2021 tem por objeto a aquisição de workstations, para atender as necessidades da ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – ATIC.

Assinado em 13/01/2022.

S/A FÓSFOROS GABORDI.

Protocolo n.º 18.392.758-2.

Vigência: 05 (cinco) anos a partir de sua publicação.

Termo de Convênio nº 0285/2021 SESP/DEPEN, visando a reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

Assinado em 13/01/2022.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO.

Protocolo n.º 18.403.683-5

Vigência: 05 (cinco) anos a partir de sua publicação

Termo de Convênio nº 287/2021 SESP/DEPEN visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

Assinado em 13/01/2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMPERE.

Protocolo n.º 18.403.561-8

Vigência: 12 (Doze) meses a partir de sua publicação

Convênio nº 286/2021 SESP/DEPEN visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

Assinado em 13/01/2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

Protocolo n.º 18.355.413-1.

Vigência: 05 (Cinco) anos a partir de sua publicação

Convênio nº 275/2021 SESP/DEPEN visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

Assinado em 13/01/2022.

HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS SA.

Protocolo n.º 17.851.770-8.

Vigência: 05 (Cinco) anos a partir de sua publicação

Convênio nº 197/2021 SESP/DEPEN visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

Assinado em 13/01/2022.

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 5637822

Documento emitido em 31/01/2022 11:37:27.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11092 | 17/01/2022 | PÁG. 8

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.brDO ESTADO DO PARANÁ
TADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
URA DE LICITAÇÃO

ETRÔNICO N.º 1690/2021

em por objeto a Aquisição de equipamentos de , a fim de estruturar as Unidades do 1º ao 6º CRPM Orgãos de Segurança que integram a Secretaria de Administração Penitenciária.

www.comprasparana.pr.gov.br icone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (nº 1690/2021) e licitações e do Banco do Brasil, licitações por instituição, SESP, ID 917746 do Banco do Brasil SESP, 17/01/2022

3390/2022

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

PARANÁ EDIFICAÇÕES

CONTRATANTE: PARANÁ EDIFICAÇÕES – PRED.

PROTOCOLO: 16.757.814-4.

DOCUMENTO: Contrato nº 4369/2021 GMS.

CONTRATADA: MEDSON ELI DA SILVA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia de reparos na Cadeia Pública, sita à Praça Emílio de Menezes, nº 230, Centro, no Município de Ivaiporã, Paraná

PRAZOS: O prazo de execução do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço e a vigência do contrato se inicia com a assinatura do contrato e é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do término do prazo de execução, na forma do item 10.03 das Condições Gerais de Contrato.

VALOR: R\$ 334.674,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais).

RECURSO: Empenho nº 21033138, Dotação Orçamentária 4490.5101, Projeto Atividade 6383, Fonte 125 – SESP/DEPEN, datado de 20/09/2021.

DATA: 04 de janeiro de 2022.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES

3392/2022

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS
PARANÁ EDIFICAÇÕES
ORDEM DE SERVIÇO

PROTOCOLO: 16.757.814-4.

Pela presente Ordem de Serviço, fica autorizada a empresa MEDSON ELI DA SILVA ME., a dar início aos trabalhos, referente ao Contrato nº 4369/2021 GMS., cujo objeto é “contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia de reparos na Cadeia Pública, sita à Praça Emílio de Menezes, nº 230, Centro, no Município de Ivaiporã, Paraná”, a partir de 07 de março de 2022, ficando designada como fiscal da Obra - Eng. Civil - João Cândido Saldanha Borsato - CREA/PR nº 17873/D.

Curitiba, 04 de janeiro de 2022.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES

3393/2022

Autarquias

ADAPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA - GAD

EXTRATO DE CONTRATOS – 002/2022

PROTOCOLO: 18.087.207-8

DISPENSA LICITAÇÃO: 017/2021

PARTES: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR e o locador Maurício Barabach.

OBJETO: Contrato de Locação de Imóvel para atender a Uls de Prudentópolis pelo período de 60(sessenta) meses

VIGÊNCIA: 13/01/2022 a 12/01/2027 ou até findar os recursos aportados.

VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$2.400,00(dois mil e quatrocentos reais)

VALOR TOTAL: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6533.20.122.42.6298, Natureza de Despesa 3390.3615, Fonte de Recursos 250.

Otamir César Martins

DIRETOR PRESIDENTE DA ADAPAR

Curitiba (PR), 14 de janeiro de 2022.

3561/2022

3635/2022